

Moraes autoriza PGR a investigar Bolsonaro

Ministro do STF atende ao pedido da Procuradoria-Geral da República sobre o ex-presidente. Objetivo é descobrir "autores intelectuais" e instigadores da invasão das sedes dos três Poderes

Supremo inclui Bolsonaro no inquérito sobre ataques

Brasília – O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu, ontem à noite, ao pedido da Procuradoria-Geral da República e incluiu o ex-presidente Jair Bolsonaro nas investigações dos atos terroristas em Brasília, no domingo passado. O pedido foi feito no fim da tarde. O inquérito busca descobrir os "autores intelectuais" e instigadores dos ataques às sedes dos três Poderes. Moraes entendeu que um pronunciamento de Bolsonaro, postado e depois apagado das redes sociais no dia 10, foi mais uma das situações em que o ex-presidente se posicionou, "em tese", de forma criminosa, contra as três principais instituições do país: Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, todos invadidos e depredados.

"O pronunciamento do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro se revelou como mais uma das ocasiões em que o então mandatário se posicionou de forma, em tese, criminosa e atentatória às instituições, em especial o Supremo Tribunal Federal – imputando aos seus ministros a fraude das eleições para favorecer eventual candidato – e o Tribunal Superior Eleitoral –, sustentando, sem quaisquer indícios, que o resultado das eleições foi fraudado", escreveu o ministro. Moraes também afirmou que, oportunamente, será analisado o pedido



Jair Bolsonaro está em Orlando (EUA) desde o fim de dezembro e segue questionando o resultado da eleição presidencial

zação de atos com motivação antidemocrática e sobre discursos que demandam rupturas institucionais.

É a primeira vez que Jair Bolsonaro é incluído, oficialmente, em pedido de apuração relacionado aos atos de terrorismo protagonizados por uma minoria de bolsonaristas radicais. Na petição de quinta-feira, integrantes do MPF pediram ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que investigue Bolsonaro por incitação ao crime. Segundo eles, o ex-presidente se "engajou na disseminação de informações falsas" após o resultado da eleição presidencial, o que teria levado, em última instância, aos atos de vandalismo.

No pedido ao STF, assinado pelo subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, ele lembra que o vídeo postado na rede social de Bolsonaro ocorreu poucos dias depois do maior episódio de depredação que Brasília já viveu. É que a veiculação teria o poder de incitar novos atos contra os três Poderes, o que se enquadra no artigo 286 do Código Penal: incitar publicamente a prática de crime. Os procuradores não descartam investigar Bolsonaro por outros crimes.

de interrogatório de Bolsonaro, já que, no momento, ele está fora do país. Está em Orlando (EUA).

Moraes também determinou algumas medidas no âmbito do inquérito: realizar oitiva

com especialistas em comunicação política de movimentos extremistas, "para aferir os potenciais efeitos de postagens extremistas nas redes sociais; que seja requisitado o vídeo postado e apagado no perfil de

Bolsonaro; que seja consultado um especialista em comunicação política para "aferir os potenciais efeitos de postagens em grupos de apoiadores"; que sejam consultados especialistas

em monitoramento de grupos de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais e nas plataformas WhatsApp e Telegram, para colher evidências do eventual impacto do vídeo, se neles circulou, sobre a organi-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3